

CARACTERÍSTICAS DA CERTIFICAÇÃO NA CAFEICULTURA BRASILEIRA
CHARACTERISTICS OF CERTIFICATION IN BRAZILIAN COFFEE

Autor(es) Fernando Alves Gomez¹; Carlos Eduardo de Freitas Vian¹ Dienice Ana Bini¹; Sílvia Helena Galvão de Miranda¹; Luis Fernando Guedes Pinto²;

Filiação ¹ ESALQ/USP; ²Imaflora;

E-mail: cefvia@usp.br; fernando.alves.gomez@gmail.com

Grupo de Pesquisa: Agropecuária, Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Resumo

Os países desenvolvidos exigem em seus produtos comercializados informações sobre o processo produtivo e origem visando tanto sustentabilidade socioambiental como qualidade intrínseca do produto. O consumidor anseia conhecer como determinado produto ou alimento foi produzido, dessa forma os produtos certificados atendem esse segmento de consumidor. Na cafeicultura isso também incide, sendo o setor agrícola nacional brasileira precursor e mais desenvolvido quanto à certificação agrícola. Diferentes padrões de certificação estão presentes na cafeicultura brasileira hoje, os principais sendo, Orgânico, *Fairtrade* (FT), UTZ Certified (UC) e Rede Agricultura Sustentável-*RainForest Alliance* (RAS-RA), como serão apresentados na presente pesquisa. Apesar das variedades existentes, cada certificação apresenta padrões com diferentes aspectos e seus respectivos produtos chegam ao mercado com características distintas. Importante é a caracterização de cada certificação bem como a sua exposição aos produtores e consumidores para que decidam de forma clara e consciente. A certificação de café no Brasil tem contribuído para consideráveis melhorias socioambientais no setor produtivo bem como na organização interna das propriedades. A certificação na cafeicultura nacional está em amplo crescimento assim como seus benefícios à sociedade.

Palavras-chave: certificação agrícola, sustentabilidade, cafeicultura, mercado de café, qualidade de café

Abstract

The developed countries demand in their products information on the production system and the origin of the product concerning socioenvironmental sustainability and quality attributes. The consumer seeks to know how his/ her food has been produced thereby certified products attend this consumer segment. In the coffee sector this also happens, and the Brazilian farming sector is perhaps the most national developed agriculture sector regarding certification. Distinct coffee certification standards are present at the Brazilian coffee production, and the following are the main ones: Organic, *Fairtrade* (FT), UTZ Certified (UC), and *RainForest Alliance* (RA), as will be introduced in present research.

Despite distinct certification, each certification features standards with diferents aspects and their products arrive in the Market with diferent characteristics. Important is the featuring of each certification as well as their exposure for producers and consumers to decide clearly and consciously. Coffee certification in Brazil has contributed to considerable social and environmental improvements in the production sector. The Brazilian coffee certification is high-growth and its benefits to society

Keywords: *Agricultural certification, sustainability, coffee, coffee market, coffee quality*

1. INTRODUÇÃO

O café é a segunda maior *commodity* mundial, somente atrás do petróleo, movimentou US\$33,4 bilhões em exportações no ano de 2012 (CUNNINGHAM, A. et al., 2014). De acordo com Illy (2006), o consumo de cafés do tipo *commodity* cresce a taxas de 1,5% ao ano enquanto o de especiais a taxas de 12% ao ano. Os preços desses cafés no mercado internacional são mais atraentes para os produtores. O aumento de preço decorre da alta qualidade do produto, valorização de processos produtivos que desenvolvam a região de forma socioambiental e menor oferta que agrega ainda mais valor ao café, gerando oportunidades de mercado para os cafeicultores dos países em desenvolvimento.

Os atributos de qualidade e diferenciação do café cobrem uma ampla gama de conceitos, que vão desde características físicas, como origens, variedades, cor e tamanho, até preocupações de ordem ambiental e social, como os sistemas de produção e as condições de trabalho da mão-de-obra cafeeira. Para diferenciação dos cafés especiais, deve-se ter como base atributos físicos e sensoriais, como a qualidade da bebida, que precisa ser superior ao padrão. As principais categorias de cafés diferenciados são:

Café de origem certificada Está relacionado às regiões de origem dos plantios, pois alguns dos atributos de qualidade do produto são inerentes à região onde a planta é cultivada;

Café gourmet Grãos de café arábica, com peneira maior que 16 e de alta qualidade. É produto diferenciado, quase isento de defeitos;

Café orgânico É produzido sob as regras da agricultura orgânica. O Apesar de ter maior valor comercial, para ser considerado como pertencente à classe dos cafés especiais, o café orgânico deve possuir especificações qualitativas que agreguem valor e o fortaleçam no mercado;

Café Sustentáveis É consumido em países desenvolvidos por consumidores preocupados com as condições socioambientais sob as quais o café é cultivado(BSCA,2015).

O Brasil é consolidado como maior produtor e exportador mundial de café, com média de cerca de 41,5 milhões de sacas de 60 kg produzidas nos últimos 14 anos (CONAB,2014) e 28,5 milhões de sacas exportadas. em média, no período de 13 anos (ABIC,2013).

O Brasil torna-se expoente na cafeicultura mundial não apenas por volume e preço da *commodity*, mas atualmente pela qualidade e responsabilidade socioambiental, sendo esses atributos vinculados a certificação do café.

O presente trabalho tem como finalidade, levantar informações sobre as principais certificações de café no Brasil, de forma descritiva, comparando suas características individuais e também identificando o perfil dos cafeicultores cuja produção é certificada.

Essa é uma pesquisa de caráter exploratório cuja metodologia de levantamento das informações baseou-se na revisão de artigos científicos de revistas internacionais, reportagens de jornais, páginas da internet e revistas do setor de café e certificação agrícola, bem como em entrevistas abertas com representantes do setor produtivo nacional e de certificadoras.

2. CERTIFICAÇÕES DE CAFÉ NO BRASIL

Em 2012, a produção de café com certificação socioambiental (RAS-Rainforest, Fairtrade, 4C,AAA, Orgânico, UTZ, Starbucks C.A.F.E.) representou 40% da produção de café mundial, frente aos 15% no ano de 2008. Assim como houve crescimento nas exportações de 12% no mesmo período ante a 7% em 2008 (CUNNINGHAM,A. et al., 2014).

Esta não se torna uma relação de mercado *spot* ou dependente do mercado físico, em que o produtor fica a deriva da volatilidade do preço do produto, nesse caso o café. Há um vínculo de longo prazo entre as partes baseado na confiança, que por meio do certificado é

assegurado que o café produzido respeita uma série de quesitos que os consumidores presam, diferenciando dos demais. A indústria por outro lado, promove maior vínculo com o produtor certificado para atender as exigências do consumidor final. Dessa forma, ao cumprir e prolongar a certificação, o produtor terá segurança e possivelmente melhor remuneração comparado ao mercado de cafés convencionais (FRANCO,2011).

Sendo o Brasil, líder mundial na produção de cafés certificados com aproximadamente 43% no ano de 2012 (CUNNINGHAM et. al, 2014). Dessa forma, comercializar um café certificado garante a participação do médio e uma pequena participação do pequeno, mas devido a certificação em grupo entre as marcas consumidas tanto pelo mercado nacional quanto pelo externo, além de criar a oportunidade de negócios futuros advindos do consumo deste produto (PINTO,2014).

São vários os programas de certificação ativos no Brasil e cada um deles possui normas ou códigos de conduta que visam atender requisitos específicos e exigências de empresas e consumidores de todo mundo. Em geral, são realizadas por meio de treinamentos de auditores, responsáveis técnicos e produtores, garantindo conformidade com os requisitos especificados em cada uma das normas pré-estabelecidas pelas entidades certificadoras na produção do café (EMBRAPA, 2014).

O processo de certificação constitui de auditoria onde uma empresa ou associação credenciada por normas nacionais e/ou internacionais acompanha o processo produtivo da unidade por meio de visitas periódicas bem como visitas surpresas (no caso de orgânico), para verificar se há conformidade com o padrão exigido. Este processo monitora todos os insumos, técnicas de produção, produtividade, vendas, estoques, rastreabilidade além dos aspectos sociais e ambientais (CIO, 1997; HARADA, 2001; IBD, 2008).

A seguir, a caracterização das principais certificações de cafés no mundo ,sendo apresentadas por importância no cenário de exportação mundial, 4C(26%), UTZ(11%), Fairtrade (6%) e Orgânico e Rainforest (4%)(CUNNINGHAM et. al, 2014):

2.1. 4C

O Código Comum para a Comunidade Cafeeira é um sistema de verificação globalmente conhecida pela sigla 4C. O projeto visa a ampliar a oferta de café verde produzido com critérios de sustentabilidade. É uma visão de mercado formulada pelos grandes *traders* e industriais importadores e comerciantes do grão no mundo.

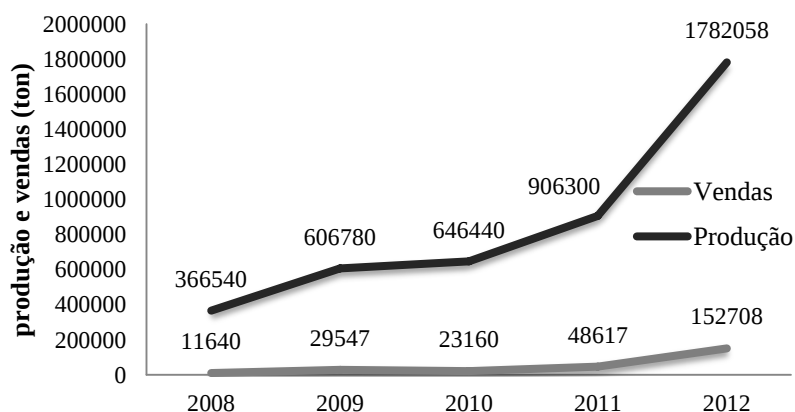
Idealizado em 2003, o projeto 4C recebeu investimentos da ordem de 3,5 milhões de euros de organizações como *Nestlé*, *Kraft*, *Sara Lee*, *Tchibo*, *Neumann Group*, entre outros. Segundo dados da Associação, 54% da produção global de café, bem como as maiores empresas do mundo de comercialização, torrefação e fabricantes de café solúvel estão representadas pela sigla 4C.

A Associação 4C é uma organização voluntária e de adesão por contribuição anual proporcional ao tamanho da atividade e setor (produtores, compradores intermediários e industriais). A maior parte dos custos, cerca de 70%, será pago pelas indústrias. O projeto 4C não exige um processo convencional de certificação, para atender a segmentos específicos de mercado.

O código para participação e adesão dispõe de um sistema prático de análise por meio de sinalização de cores (vermelho inaceitável, amarelo em desenvolvimento e verde ideal). O café comercializado com selo 4C recebe em média US\$0,02 a US\$0,04 por libra (*State of Sustainaibility*,2014).



Gráfico 1. Evolução de produção e comercialização de café 4C



Fonte: *State of Sustainability*, 2014

No ano de 2012, como demonstra no gráfico foram produzidos aproximadamente 1,8 milhões de toneladas de café com selo 4C, cultivado em 1 milhão de hectares, essa produção representa 42% da produção de cafés certificados e 22% da produção de cafés mundial. Sendo 90% dessa produção estão no Brasil (37%), Colômbia (57%) e Vietnã (25%). O Brasil apresentou o maior crescimento dentre os outros países, quase dobrando sua produção de 505.000 toneladas para 977.000 toneladas entre os anos de 2011 a 2012 (CUNNINGHAM et. al, 2014).

2.2. *UTZ Certified*

A certificação *UTZ Kapeh*, enfatiza a rastreabilidade do produto e o monitoramento dos insumos utilizados, por meio de registros detalhados de transporte, manuseio e aplicação de defensivos agrícolas bem como rígido controle sobre as condições de colheita, pós-colheita e documentação destes processos.

Há restrição quanto à utilização de agroquímicos, aqueles que são proibidos pela União Européia, Estados Unidos e Japão devem ser abolidos na produção de café certificado. Os agroquímicos utilizados devem ser registrados para o uso na cafeicultura e serem aplicados de acordo com as instruções do rótulo. Estimula-se a adoção de manejo integrado de pragas bem como a utilização de defensivos não químicos alternativos. O produtor deve gerir a água visando mais eficiência na sua utilização com menor gasto e menores perdas. Na área social é grande a preocupação com saúde e segurança do trabalhador bem como seus direitos, educação e assistência médica. Quanto ao meio ambiente e vida selvagem, é proibido o desmatamento e há um estímulo ao aumento da biodiversidade na propriedade (UTZ CERTIFIED, 2009).

A UTZ Kapeh compreende a certificação de propriedades cujas práticas agrícolas são adequadas não apenas para a produção de café, mas também para o bem estar dos colaboradores, incluindo o acesso à saúde e educação. Portanto, é de suma importância a capacitação dos produtores e trabalhadores responsáveis, para diferenciá-los dos produtores não certificados de café e colocá-los em contato com compradores também responsáveis. Viabilizando o estreitamento de relações entre assistência técnica e produtores, para melhorar

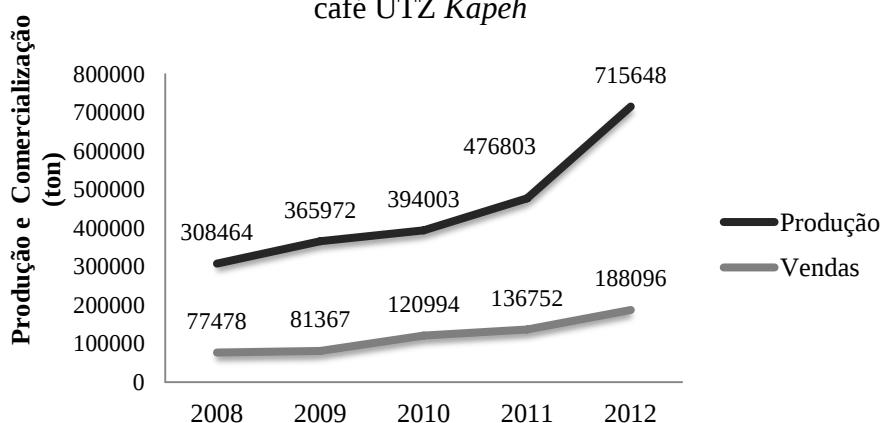


o gerenciamento das fazendas, com medidas como reduzir os custos de produção e aumentar o acesso ao crédito.

Cabe ressaltar o enfoque mais preponderante na produção responsável do que a agricultura sustentável, portanto o programa UTZ certifica para seus consumidores a maneira de como foi produzido o café e de que forma esse recurso gerado está retornando as comunidades produtoras e gerando desenvolvimento, de maneira ampla a certificação assegura ao consumidor a segurança alimentar, ou seja, a rastreabilidade total do produto.

Não há um preço mínimo para a venda e compra da saca do produto, em média para o café arábica de US\$ 0,06 por libra-peso (*Coffehabitat.com*, 2014). Porém há uma grande variação de preço de acordo com a qualidade, região e tipo de café que é produzido (*State of Sustainability*, 2014).

Gráfico 2. Evolução de produção e comercialização de
café UTZ Kapeh



Fonte: *State of Sustainability*, 2014.

Em 2012, UTZ foi a segunda certificação que mais produziu café certificado. Foram 716.000 toneladas de café em 509.000 hectares. Dentre esse volume, a América latina ficou responsável por 61%, como maior produtor se estabelece o Brasil 232.336 toneladas (33%), em seguida Vietnã (22%) e Colômbia (11%).

2.3. C.A.F.E. práticas Starbucks

Práticas de Equidade na Produção de Café (C.A.F.E., *Coffee and Farmer Equity*) é um programa de certificação de terceira parte de café verde desenvolvido pela Starbucks em colaboração com a Conservation International e SCS (*Scientific Certification Systems*). O programa consiste em práticas pré-estabelecidas e pequenas pontuações para abranger um conjunto de mais de 200 indicadores sociais, econômicos e ambientais. Esta abordagem considera toda cadeia, desde o agricultor ao consumidor.

O C.A.F.E. visa assegurar que os produtores e fornecedores do café Starbucks sejam sustentáveis. Avalia aspectos econômicos, sociais e ambientais da produção de café previstos em critérios.

Essas diretrizes auxiliam produtores a produzir cafés sustentáveis. Inclui um conjunto abrangente de padrões mensuráveis concentrados nas quatro áreas a seguir:

Qualidade do produto: Todo o café deve atender aos padrões de qualidade da empresa Starbucks.

Responsabilidade econômica: Os fornecedores devem enviar comprovantes de pagamentos feitos por toda a cadeia de abastecimento de café, demonstrando quanto do preço pago pela *Starbucks* pelo café verde (não torrado) é direcionado ao produtor.

Responsabilidade social: Medidas adotadas que avaliam as condições de trabalho seguras que assegura a integridade física e moral

Liderança ambiental: Medidas adotadas para gerenciar os resíduos, preservar o meio ambiente e reduzir o uso de agroquímicos (*Starbucks*, 2015).

2.4. Fairtrade

A certificação *Fairtrade* (Comércio Justo) contribui para o desenvolvimento sustentável ao proporcionar melhores condições de comércio e a garantia dos direitos para produtores e trabalhadores marginalizados. É uma alternativa concreta e viável frente ao sistema tradicional de comércio (SEBRAE, 2015). A certificação *Fairtrade* é destinada a pequenos produtores de café organizados em associações ou cooperativas. O café *Fairtrade* pode ser cultivado de forma convencional ou orgânica, porém o convencional possui limitações de uso de agroquímicos, oferecendo maior segurança socioambiental.

A característica principal da certificação *Fairtrade* é a garantia de um preço mínimo ao produtor. O preço deve abranger seus custos de produção e propiciar melhorias na qualidade de vida, tornando o produtor menos sujeito às oscilações do mercado. O preço mínimo a ser recebido pelo produtor é apresentado na Tabela 1

Tabela 1: Preços mínimos de Café *Fairtrade* em centavos de dólar US\$ por libra/peso.

Tipos de café	Preço Mínimo de Café Fairtrade convencional cts/lb	Fairtrade Premium cts/lb	Fairtrade Premium Orgânico cts/lbs
Café Arábica Lavado	1.4	20	30
Café Arábica Natural	1.35	20	30
Café Robusta Lavado	1.05	20	30
Café Robusta Natural	1.01	20	30

Fonte: *Coffee Guide*, 2012

Cabe ressaltar que o este é o preço mínimo e que preços superiores ocorrem de acordo com a qualidade do produto, cotações da bolsa e leis de mercado. Além disto, há prêmio ou valor adicional fixo que deve ser destinado a um projeto social escolhido pelo grupo de produtores, bem como estímulo a contratos de longo prazo e ajuda na obtenção de crédito (BACON, 2005; LOUREIRO & LOTADE, 2005; KILIAN et al., 2006; FERRAN & GRUNERT, 2007).

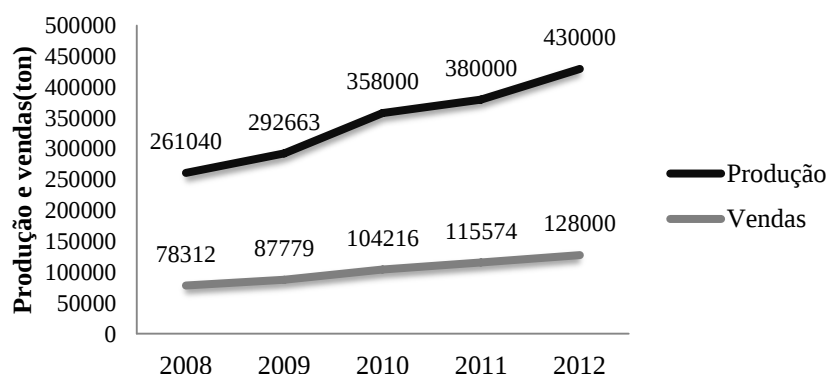
Para que o comércio seja considerado “justo”, é necessário seguir alguns princípios com a finalidade de beneficiar os produtores que adotam o *Fairtrade* (FLO, 2008):

- Assegurar que os produtores recebam um preço mínimo por seus produtos
- Fornecer um prêmio adicional que possa ser investido em projetos que promovam o desenvolvimento social, econômico e ambiental
- Disponibilizar pré-financiamento para os produtores caso precisem
- Estimular parcerias de longo prazo entre produtores e torrefadores
- Estabelecer critérios claros de que todos os produtos com certificado *Fairtrade* são socialmente, economicamente e ambientalmente sustentáveis.



O comércio solidário é um sistema de certificação que assegura que o café consumido foi cultivado respeitando padrões ambientais e sociais e comercializado de forma justa, pago um preço que permita a subsistência dos produtores e seus familiares.

Gráfico 3. Evolução de produção e comercialização de café Fairtrade



Fonte: *State of Sustainability*, 2014.

Em termos de produção, cerca das 430.000 toneladas de café foi produzido em 2012 com selo *Fair Trade*, o Brasil corresponde por 13 % dessa produção. Em 2011, somou apenas o Brasil 50.000 toneladas de café (*State of Sustainability*, 2014).

2.5. Orgânico

A agricultura orgânica é um sistema de gestão de produção holística que promove e busca melhoria do agroecossistema, incluindo a biodiversidade, os ciclos biogeoquímicos e assim como a restauração da fertilidade do solo. Visa atingir agroecossistemas socialmente, ecologicamente e economicamente sustentáveis.

A certificação orgânica tem como prioridade, a proibição de aplicações de defensivos agroquímicos assim como adubos químicos solúveis. Recomenda-se o aumento da diversidade vegetal na área cultivada e a menor dependência de insumos externos.

Para o processo de certificação orgânica o preenchimento de tabelas de controle dos insumos aplicados, colheita, estoque, vendas e apresentação de plano de manejo constituem documentação necessária, permitindo o monitoramento da produção bem como o controle e a rastreabilidade do produto.

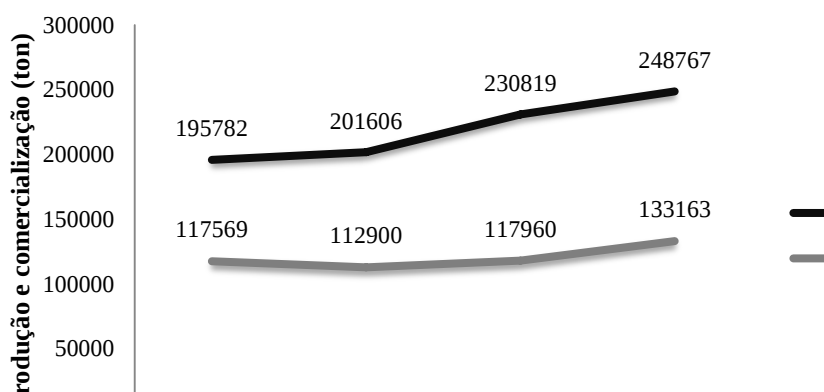
Para adquirir a certificação internacional de café são necessários três anos de manejo orgânico da lavoura, período que deve ser acompanhado pela certificadora orgânica (GROSSMAN, 2003; LOUREIRO & LOTADE, 2005; KILIAN *et al.*, 2006). As certificadoras atuantes no Brasil trabalham de acordo com os padrões internacionais de produção orgânica. Hoje existem três padrões de certificação orgânica internacional, o da União Européia baseado na lei 2092/91 da Comunidade Européia, o dos Estados Unidos, chamado NOP (*National Organic Program*) e controlado pelo USDA (*United States Department of Agriculture*) e o do Japão, JAS (*Japanese Agricultural Standards*) controlado pelo MAF (Ministério de Agricultura e Florestas do Japão) (MOREIRA, C.F., 2011).

O Brasil possui legislação para produção, certificação, processamento e transporte de produtos orgânicos. Foi aprovado o Decreto n.º 6.323 de 27 de dezembro de 2007 que regulamenta a Lei n.º 10.831, publicada em 23 de Dezembro de 2003 pelo Ministério de

Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2009). Este conta com 118 artigos, construído com base em uma intensa articulação nacional entre as instituições governamentais e as organizações não governamentais com atuação na produção orgânica (IBD, 2008). De dezembro de 2007 ao final de 2009, diversas instruções normativas vêm sendo publicadas visando complementar o Decreto n.º 6.323 a fim de se organizar toda a cadeia. A Instrução Normativa n.º 64 de 18 de dezembro de 2008 é uma das mais importantes, pois apresenta as normas técnicas Brasileiras para a produção vegetal e animal de orgânicos (MAPA, 2009).

Para o produtor que comercializa o café com selo orgânico, em média possui um acréscimo de 10 a 15%. Também é possível realizar uma parceria com a certificação *FairTrade* e com a dupla certificação *Fairtrade*-Orgânico em média há um acréscimo de US\$0,30 por libra de café arábica lavado.

Gráfico 4. Evolução de produção e comercialização de café Orgânico



Fonte: *State of Sustainability*, 2014.

Em 2011, foi produzido aproximadamente 250.000 toneladas de café orgânico. O grande produtor mundial é o Peru que corresponde com 25% da produção mundial, já o Brasil representa apenas 5% com 12.000 toneladas cultivado em 12.000 hectares.

2.6. RAS-Rainforest Alliance

O nome *Rainforest* (“Floresta Tropical”) é dado aos cafezais e às fazendas que possuem áreas de florestas que são refúgios para a vida selvagem. Nos locais onde a vegetação natural é floresta deve-se estabelecer e manter sombra permanente nos cafezais, com pelo menos 70 árvores por hectare e um mínimo de 12 espécies por hectare. No Brasil, o sombreamento das lavouras não é exigido. Para a conservação dos ecossistemas exige-se que 30% da área da propriedade seja destinada à manutenção da vegetação natural (RAINFOREST ALLIANCE, 2005).

A Rede de Agricultura Sustentável (RAS) desenvolveu o conceito de sustentabilidade agrícola com intuito de integrar as necessidades de produtores, colaboradores, comunidades rurais, consumidores e meio ambiente. A meta da RAS é agregar os benefícios socioeconômicos de propriedades e também reduzir os impactos ambientais.

Os requisitos de Aprovação de Cadeia de Custódia – Rede de Agricultura Sustentável são aplicados a todas as operações que processam, manejam e distribuem produtos agrícolas certificados RAS. Os tipos de operação, condições de armazenamento e o critério de rastreamento do produto são avaliados criteriosamente.



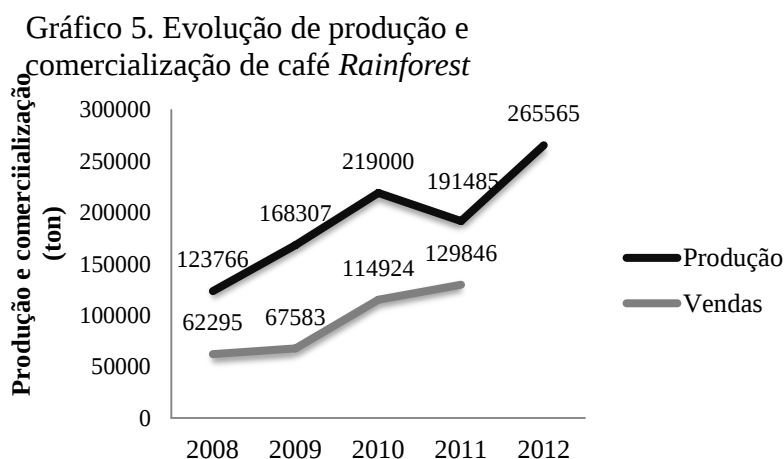
A Norma da Agricultura Sustentável se baseia em dez princípios e pode ser aplicada para qualquer cultura havendo, porém, critérios e indicadores específicos para algumas culturas específicas:

1. Sistema de gestão social e ambiental.
2. Conservação de ecossistemas.
3. Proteção da vida silvestre.
4. Conservação dos recursos hídricos.
5. Tratamento justo e boas condições de trabalho.
6. Saúde e segurança ocupacional.
7. Relações com a comunidade.
8. Manejo integrado dos cultivos.
9. Manejo e conservação do solo.
10. Manejo integrado dos resíduos.

Entre os critérios para certificação de um produto, de acordo com (GONÇALVES 2007), o produtor deve cumprir com no mínimo 80 % de todos os critérios da norma de agricultura sustentável (RAS). Pelo menos 50% dos critérios de cada princípio e não ter não conformidades em critérios apontados como críticos.

A certificação *RainForest Alliance* visa critérios socioambientais bastante rígidos. Embora permita a aplicação de agroquímicos, exige a redução do volume aplicado bem como a não utilização de produtos considerados tóxicos. Além destas duas exigências, consideradas críticas, há outros critérios que devem ser plenamente cumpridos para se obter a certificação. Alguns destes critérios são rastreabilidade bem estabelecida, programa de conservação dos ecossistemas, proibição da caça de animais silvestres, proibição da descarga de águas residuais sem tratamento em corpos de água, inexistência de discriminação nas políticas trabalhistas (GONÇALVES, 2007).

A certificação não compreende um preço mínimo, porém o produtor pode negociar, o preço médio adicional corresponde de US\$ 0,05 a US\$ 0,10 por libra de café certificado *Rainforest* (Coffeehabitat.com, 2014).



Fonte: *State of sustainability*, 2014.

Cerca de 33% dos cafés produzidos com selo *Rainforest* foram produzidos no Brasil, aproximadamente 85.517 toneladas, cultivados em uma área correspondente a 40.669 hectares. Sendo o Brasil o maior produtor de café *Rainforest*, na frente da Colômbia (11%) e Peru (11%)(*State of Sustainability*,2014).

A seguir, as certificações de café do Brasil que possuem importância internacional:

2.7. Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA)

A Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA – *Brazil Specialty Coffee Association*) tem por finalidade por meio de pesquisas, difusão de técnicas de controle de qualidade e promoção de produtos, elevar os padrões de excelência dos cafés brasileiros oferecidos ao mercado interno e externo. Instituição brasileira também responsável por certificar lotes e monitorar selos de controle de qualidade de cafés especiais, com rastreabilidade total através de numeração individual. O processo de certificação é avaliado anualmente, por auditorias, que podem ser feitas por empresas terceirizadas, havendo também inspeções não anunciadas, mas a validade da certificação é apenas de três meses, pois após esse prazo o produtor deve mandar novamente uma amostra que deverá ser avaliada.

A certificação que a BSCA promove laudo em que o produtor, não necessariamente é obrigado se associar-se a BSCA, envia uma amostra para ser avaliada pelos classificadores e em caso de café com mais de 80 pontos a BSCA emite um laudo de qualidade.

Há também o concurso de qualidade (*Cup of excellence*), esse restrito a associados da BSCA, onde amostras de cafés são enviadas por produtores associados e sujeitas a degustações. De acordo com a pontuação que a amostra atinge o café é classificado de modo que os cafés vencedores são vendidos em leilão via internet e em geral conseguem preços muito elevados.

São observados para certificação, além da qualidade da bebida, aspectos ambientais, aspectos sociais e aspectos econômicos observando também vários pontos de controle operacional e gestão. Entre os aspectos ambientais são verificados pontos como emissões atmosféricas, lançamento e conservação de cursos d'água e contaminação do solo. Quando se observa os aspectos sociais leva-se em consideração medidas que asseguram o bem estar, saúde e a segurança operacional do trabalhador.

2.8. Café do Cerrado

Em 2005, foi reconhecida como a primeira Denominação Geográfica de Café do Brasil e do Mundo, segundo normas da OMPI – Organização Mundial de Propriedade Intelectual, semelhante as regiões produtoras de vinho.

A certificação Café do Cerrado reconhecida pela diferenciação do sabor e da qualidade do produto, sendo a marca Sistema Café do Cerrado, gerido e mantido pela Federação dos Cafeicultores do Cerrado. Esta entidade mantém diversos convênios com instituições brasileiras e internacionais com o intuito de desenvolver programas de capacitação para os cafeicultores do Cerrado para atender as exigências de Segurança Alimentar, Responsabilidade ao Meio-Ambiente e Responsabilidade Social (EXPOCCACER,2015)

O atual sistema de Certificação de Café do Cerrado apresenta os seguintes diferenciais:

- Certificado com dados do produtor e produto;
- Selo de Garantia com Marca de Certificação inviolável em cada saco;
- Sistema de Código de Barras de Logística para rastreabilidade;
- Certificação das Torrefações em parceria com a ABIC;
- Certificação das Cooperativas/Armazéns.

A Federação dos Cafeicultores do Cerrado possui convênio com a SCAA – Associação Americana de Cafés Especiais. Desde 2002 as cooperativas do Café do Cerrado utilizam esta metodologia e a partir de 2003 a Federação implantou novo modelo de Folha de Classificação, mais abrangente e de melhor visualização.

Com o sistema de Código de Barras de Logística no Certificado e em cada Selo de Garantia costurado ao saco de café do lote certificado, o cliente tem a possibilidade de verificar as informações sobre a origem e a qualidade do lote adquirido (EXPOCCACER, 2015).

2.9. Certifica Minas

O Certifica Minas é um Programa vinculado ao Governo do estado de Minas Gerais que é realizado pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) e pela Emater, tem como objetivo a maior participação da produção agropecuária mineira nos mercados nacional e internacional.

Certificação de Propriedades Cafeeiras atesta a conformidade das propriedades produtoras com as exigências do comércio mundial, possibilitando ao café produzido em Minas Gerais se consolide e conquiste novos mercados. As orientações para adequações das propriedades são feitas pela Emater-MG, enquanto as auditorias preliminares para checar as adequações de acordo com os padrões internacionais são realizadas pelo IMA. Concluindo o processo, uma certificadora de reconhecimento internacional faz uma auditoria final e concede a certificação às propriedades aprovadas. Um convênio de cooperação técnica junto a Secretaria de Estado Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais e a Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) estabelece o pagamento de um adicional entre 10% e 25% sobre o preço de mercado para o café produzido nas propriedades aprovadas pelo Certifica Minas. Para a comercialização dos produtos com o Certifica Minas, devem seguir procedimentos estabelecidos pela ABIC.

Atualmente o Certificado “Certifica Minas” iniciou uma parceria juntamente com a *UTZ Kapeh*, sendo o produtor do estado de Minas Gerais certificado com um dos selos tem o direito de se certificar com ambos.

2.10. Nucoffee

O objetivo do Nucoffee é estreitar a relação produtores, cooperativas e torrefadores para fomentar suporte e integração através da comercialização de cafés de qualidade. O compromisso da iniciativa da empresa *Syngenta* é reconhecer o produtor, agregar valor e criar uma evolução ao longo da cadeia comercial.

O programa trabalha com três princípios: Suporte, Rastreabilidade e Comprometimento, realizada por meio de consultorias aos produtores e cooperativas. Suporte é o investimento feito na gestão das etapas produtivas do café, no estímulo das boas práticas agrícolas e na avaliação da qualidade da bebida derivada dos grãos produzidos, para dessa forma valorizar e posicionar o produto no mercado. Dentro da certificação há o programa de Diagnóstico da Qualidade, uma imersão dos técnicos e agrônomos em cada fazenda, para uma orientação individual e direcionada a cada produtor. Além do *feedback*, Nucoffee também os auxilia na implementação de novas formas de gestão (Nucoffee, 2014).

Outro programa de aperfeiçoamento é o Protocolo NUCOFFEE, que orienta produtores parceiros quanto às normas de sustentabilidade ambiental e social exigidas internacionalmente para viabilizar a comercialização do café a torrefadores de outros países. Disponibiliza aos torrefadores de todo o mundo a rastreabilidade completa das unidades produtivas dos parceiros, com georreferenciamento e mapeamento da fazenda, informações de



campo e, ainda, a história e perfil do produtor. O programa Nucoffee investe em comunicação e *networking*, de forma a descrever processos de cada lote de café (Nucoffee, 2014).

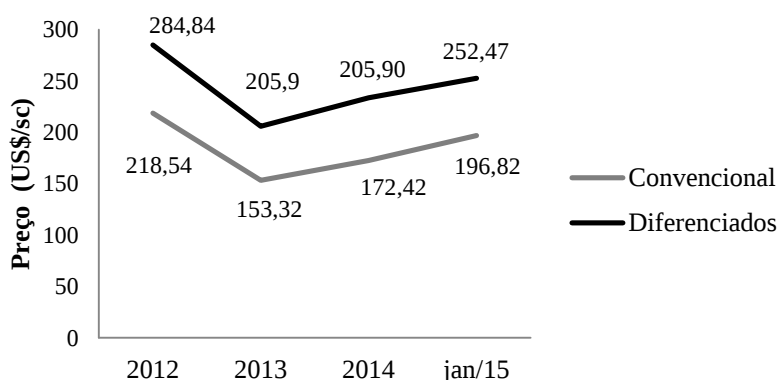
3. MERCADO

O destino dos cafés certificados tem grande demanda do mercado internacional. Fontes do setor concordam que aproximadamente 95% desse café seja destinados à exportação. Apenas o café orgânico apresenta volume considerável no mercado interno brasileiro (PEREIRA *et al.*, 2006). Preços de cafés certificados no mercado internacional são superiores aos de cafés *commodities*. Após o período de grave crise no setor (2000-2004) onde a *commodity* encontrava-se com preços muito baixos, a cotação da bolsa de Nova Iorque alcançou melhores patamares e tem se situado entre US\$ 0,95/lb e US\$ 1,40/lb no período de outubro de 2004 a março de 2008. Estas variações possuem influência da qualidade (bebida, defeitos, tamanho de grãos, etc.), país e região de origem, leis de oferta e procura bem como país de destino (ACOB, 2009; KILIAN *et al.*, 2006; VILLALOBOS & GIOVANNUCCI, 2006).

A receita dos cafés diferenciados foi de US\$ 307,155 milhões no primeiro trimestre de 2014, aumento de 10,6% por saca quando comparado o mesmo período em 2013, que correspondeu a US\$ 277,5888 milhões. (Valor Econômico, 2014)

O preço médio da saca de café arábica diferenciado foi de US\$ 194,85 no primeiro trimestre de 2014, já o valor médio do café convencional no período corresponde a US\$146,09. Tendo o café arábica diferenciado (grão verde) um ágio de 47,8% sobre o valor do café arábica natural convencional. O café robusta também possui valores similares, ao café arábica no primeiro trimestre de 2014, com ágio de 62,9%, com valor médio de US\$ 173,12 sobre o robusta convencional, US\$111,96 preço médio por saca(Valor Econômico, 2014).

Gráfico 6. Preço Médio do café arábica no Brasil
no período de 2012 -2015 (US\$/sc)



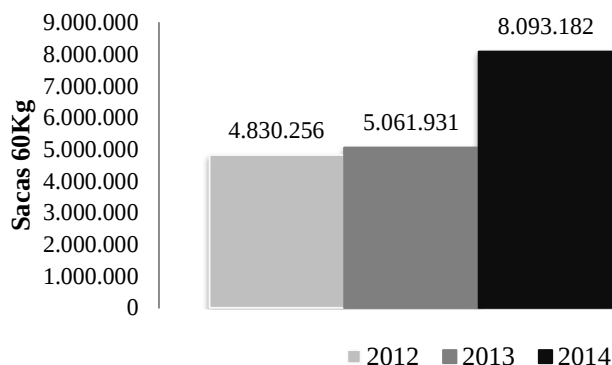
Fonte: Cecafé, 2015

De acordo com os dados da Comissão de Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), há maior remuneração oferecida pelo mercado para o café diferenciado comparativamente com o café convencional. A média quanto ao valor pago pelo café diferenciado é de 24,3% superior ao convencional, no período de 2012 a Janeiro de 2015. Tendo o café diferenciado um cenário menos volátil em relação tanto na demanda quanto no preço no mercado quando comparados a *commodity* café.



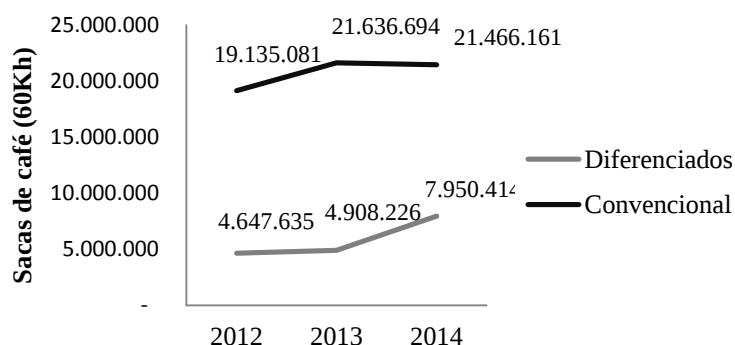
Com os preços favorecendo essa determinada produção, o café diferenciado ganha um crescimento expressivo quanto ao volume exportado, demonstrado abaixo:

Gráfico 7. Evolução das Exportações de cafés



Fonte: Cecafé, 2014

Gráfico 8. Evolução da comercialização de café
arábica no Brasil em Volume de sacas



Fonte: Cecafé, 2014

Nota-se também comparativamente, que o café diferenciado ganha expressividade quanto à comercialização, visto o crescimento entre os anos 2013 e 2014, foi de 65% quando o convencional diminuiu sua produção, logo apresentando um crescimento negativo de 0,79%. Valor pago pela saca de café diferenciado torna um atrativo não apenas pela maior receita, mas também por maior margem de lucro. A seguir as taxas de crescimento da comercialização e da produção de cafés certificado mundiais:

Tabela 2. Crescimento mundial da produção de cafés certificados no período entre 2008-2012.

Taxa de crescimento mundial da de café
certificados (2008-2012)

Certificações	Produção	Comercialização
UTZ	23%	25%
Fairtrade	13%	13%
Orgânico	8%	4%
Rainforest Alliance	21%	28%
4C	48%	90%
C.A.F.E Práticas	12%	14%

Fonte: *State of Sustainability*, 2014.

Apesar do viés financeiro, Parreiras (2014) adverte: “a maioria dos programas de certificação possuem em seus códigos de conduta as diretrizes básicas que consideram a legislação vigente em cada país e, nesse sentido, comparativamente aos demais países produtores, o Brasil possui leis ambientais e sociais mais rígidas. Esse fato onera o cafeicultor brasileiro, pois aqui há exigências mais duras, comparativamente em relação a outros países produtores, que têm legislação mais branda. Assim, uma embalagem de café com um mesmo selo internacional, de diferentes origens, carrega distintos níveis de exigências. O Brasil e seus cafeicultores devem estar atentos a esse fato e demonstrar ao mercado o quão sustentável são seus cafés.”

4. PERFIL DOS PRODUTORES EM RELAÇÃO ÀS CERTIFICAÇÕES

De acordo com o apresentado, demonstrado no Anexo I, cada certificação apresenta um enfoque maior em determinado quesito, sendo dessa forma segmenta-se a participação dos produtores que almejam a certificação.

A certificação orgânica atinge principalmente pequenos e médios produtores preocupados com preservação ambiental e diferenciação de seu produto. Pode-se também constatar que a certificação *Fairtrade* atinge este mesmo perfil, só que de micro e pequenos produtores organizados em associações e/ou cooperativas.

É recomendável a pequenas, médias e grandes propriedades que tenham potencial de qualidade de grãos, estejam localizadas em regiões de baixa pressão de pragas e doenças e de boa fertilidade natural do solo. Estes são alguns fatores técnicos que permitirão o sucesso do projeto, além da ideologia ecológica do produtor (MOREIRA, 2011).

Quanto à certificação *Fairtrade*, esta é recomendável para micro, pequenos e até médios produtores que tenham média (*Fairtrade* convencional) ou grande preocupação ambiental (FT orgânico) e que estejam organizados em associações ou cooperativas. Vale dizer que cada vez mais o mercado demanda o café *Fairtrade* associado à certificação orgânica e que o ágio obtido pela dupla certificação é superior, enquanto o café *Fairtrade* convencional, em alguns casos, pode apresentar dificuldades de mercado (COOPFAM, 2007).

As certificações *RainForest*, UTZ e 4C em grupo aumentou o acesso devido a adoção em maior intensidade de médios e grandes produtores que possuem ou que visem ótima organização documental, política de recursos humanos bem estabelecida, ótimas condições

sociais nas propriedades e boas práticas de produção. Estes produtores, geralmente, possuem acesso ao mercado internacional e talvez tenham entrado na certificação por perceberem o ágio e a pouca oferta do café nacional neste mercado. Além disso, têm como diferencial as grandes áreas de preservação de matas em suas propriedades. A certificação UTZ atinge médios e grandes produtores que possuem boa organização e visão de mercado, buscando agregar valor sem alterações consideráveis no seu manejo, promovendo o reconhecimento de sua organização interna e suas boas práticas de produção.

O maior ágio pago a cafés certificados *RainForest* frente ao UTZ é, provavelmente, consequência desta maior exigência ambiental bem como da menor oferta de cafés brasileiros certificados *RainForest*. Com o aumento da produção de cafés *RainForest*, há tendência que o ágio desse diminua. (MOREIRA, 2011).

Já em relação a certificação 4C, o produtor deve possuir grande produção devido ao baixa remuneração dada por saca. Tendo diferencial quanto a receita em volume.

As certificações Café do Cerrado e Certifica Minas são classificadas como certificação de origem, logo para abranger tais selos, os produtores devem estar localizados nas regiões caracterizadas, no caso do Certifica Minas restringe-se ao estado de Minas Gerais e o Café do Cerrado abrange apenas as áreas do Cerrado mineiro.

Por último, as certificações C.A.F.E., Nucoffee e BSCA possuem um maior valor quanto ao vínculo a alguma entidade ou empresa para facilitar e valorizar sua comercialização, portanto é recomendável para grupos, cooperativas e produtores que a comunicação com um desses seja facilitada.

5. CONCLUSÕES

Cada perfil de produtor tem um potencial e/ou facilidade para acessar ou conquistar um determinado sistema de certificação. Isto depende do tamanho da propriedade, volume de produção, qualidade do produto, forma de comercialização, assim como os recursos disponíveis.

É grande a contribuição da certificação na organização interna e nas melhorias socioambientais das propriedades, pois as certificadoras exigem a capacitação dos funcionários, melhoria do sistema gerencial e a melhoria da qualidade de vida dos funcionários, redução na utilização de agroquímicos, aumento da biodiversidade e da eficiência do uso da água. Além disso, as melhorias nas propriedades tendem a ser vistas como exemplos a serem seguidos por outros projetos, potencializando os resultados da certificação.

Porém, nota-se que as certificações são na verdade requisição dos compradores do café quanto a sua produção, se está obedecendo as leis vigentes no país. Na maioria dos códigos de conduta das certificações constam a obediência dos códigos trabalhista e ambientais vigentes, e no caso do Brasil os itens a serem cobrados permeiam as leis vigentes. Esses critérios de avaliação que se baseiam nas leis vigentes dos países, no mercado internacional, o cafeicultor do Brasil está prejudicado, quando comparados a produções de cafés em outros países como do continente africano, cujas leis são relativamente mais brandas, ou seja o produtor brasileiro tem mais esforço a cumprir as leis, recebe o mesmo selo e vende com preço similar aos produtores que possuem uma legislação mais flexível.

Por outro lado, com uma lei mais exigente, o produtor brasileiro tem mais facilidade em atingindo as normas de certificação do que outros.

A maior remuneração do café se dá não somente pela certificação, mas também com o possível aumento da qualidade do produto. Além disso, promove maior vínculo duradouro e

confiabilidade entre produtor-indústria dado que o café atende uma série de quesitos que assegura a responsabilidade e idoneidade do produtor para com seu produto, o que demonstra que essa produção de café é uma tendência mundial e não apenas o atendimento ao um nicho específico de mercado.

Devido a maior remuneração relativa por saca do café certificado, a literatura sobre certificação aponta tendência de migração do cafeicultor convencional para a modelagem da produção certificada. Esse aumento de oferta de cafés certificados há uma convergência de queda de preços dos cafés diferenciados, respeitando a lei de mercado da oferta e demanda. Em decorrência dessa oferta, ficará mais acessível a grande parte dos consumidores produtos como café certificado, que não mais serão um nicho a ser atendido mas, um exigência do mercado para o produto, empresas e produtor inseridos nesse setor.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOB - Associação de Cafeicultura Orgânica do Brasil. **Comunicação Pessoal por Cristiano Ottoni**, Diretor Superintendente da Associação de Cafeicultura Orgânica do Brasil, outubro 2009.

BACON, C. Confronting the coffee crisis: can fair trade, organic, and specialty coffees reduce small-scale farmer vulnerability in northern Nicaragua? **World Development**, v.33, p. 497-511, 2005.

BESSA, F.; COSTA C. **Cafés certificados do Brasil conquistam mercado interno e externo**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2293393/cafes-certificados-do-brasil-conquistam-mercado-interno-e-externo>. Acessado em: 15/01/2015.

CECAFÉ. **Resumo das Exportações Brasileiras de Café do mês de dezembro de 2014 e janeiro 2015**. Disponível: <http://www.cecafe.com.br/Menu/noticias/noticias.asp>. Acessado em: 19/02/2015.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento / Ministério da Agricultura. **Safra Café**. http://conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_12_22_09_53_55_boletim_dezembro_2014.pdf.

COFFEEHABITAT. **Certification Guide**. Disponível em: <http://www.coffeehabitat.com/certification-guide>. Acessado em: 06/12/2014.

CIO - Conselho Internacional do Café. **Análise agroeconômica do café cultivado organicamente ou café “orgânico”**. Londres: Junta Executiva, 1997. 19p. (Apostila).

COOPFAM - Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo. **Comunicação Pessoal por Luiz Adauto de Oliveira**, Presidente da Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo, agosto 2007.

CUNNINGHAM, A. et al. Coffee Market. **State of sustainability review 2014 – Standards and the Green Economy**. V.1, p.155-185, 2014.

EXPOCCACER. **Café do Cerrado**. Disponível em: <http://www.expocaccer.com.br/cafecerrado.html>. Acessado: 07/09/2014.

FERRAN, F.; GRUNERT, K.G. French fair trade coffee buyers purchasing motives: An exploratory study using means-end chains analysis. **Food Quality and Preference**, v.18, p.218-229, 2007.

FERREIRA, C. Volume exportado de cafés aumenta 37,9% no 1º trimestre. Valor. Disponível em: <http://www.valor.com.br/agro/3510216/volume-exportado-de-cafes-diferenciados-aumenta-379-no-1#ixzz2yOpems00>. Acessado em: 19/09/2014

FLO - Fair Trade Labelling Organizations. <http://www.fairtrade.net/>, 2007 (05 mar. 2007).

FLO - Fair Trade Labelling Organizations. <http://www.fairtrade.net/standards.0.html>, 2011 (10 fev. 2011).

GONÇALVES, E.T. A Certificação Socioambiental no Brasil e os cafés com o selo Rainforest Alliance. Café Point. **Certificação e Qualidade**. <http://www.cafepoint.com.br/?actA=7&areaID=32&secaoID=88>, 2006 (15 jan. 2007).

GROSMANN, J.M. Exploring farmer knowledge of soil process in organic coffee systems of Chiapas, Mexico. **Geoderma**, v.111, p.267-287, 2003.

HARADA, D.Y. Selo único ou biodiversidade na certificação. In: Congresso Brasileiro de Horticultura Orgânica, Natural, Ecológica e Biodinâmica, 1., Piracicaba, 2001. **Resumos**. Piracicaba, 2001.

IMAFLOA. Cenário Mundial de Cafés Rain Forest Alliance. Apresentação Interna. 2014

ILLY, E. Universidade Illy do Café. **Notícias**. <http://www.unilly.com.br/site/noticias.exibir.do?idNoticia=167>, 2005 (25 jun. 2006).

IBD - Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural. <http://www.ibd.com.br>, 2008 (06 mai. 2008)

KILIAN, B.; JONES, C.; PRATT, L.; VILLALOBOS, A. Is sustainable agriculture a viable strategy to improve farm income in Central America? A case study on coffee. **Journal of Business Research**, v.59, p.322-330, 2006.

LOUREIRO, L.M.; LOTADE, J. Do fair trade and eco-labels in coffee wake up the consumer conscience? **Ecological Economics**, v.53, p.129-138, 2005.

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA – MAPA. **Lei n.º 10831 de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.

<http://www.prefiraorganicos.com.br/agrorganica/legislacaonacional.aspx?search=%20&page=2>, 2009 (28 dez. 2009).

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA – MAPA. **Decreto n.º 6.323 de 27 de dezembro de 2007**. Regulamenta a Lei n.º 10.831.

<http://www.prefiraorganicos.com.br/agrorganica/legislacaonacional.aspx?search=%20&page=2>, 2009 (28 dez. 2009).

MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA – MAPA. **Instrução Normativa n.º 64 de 18 de dezembro de 2008**.

<http://www.prefiraorganicos.com.br/agrorganica/legislacaonacional.aspx?search=%20&page=2>, 2009 (28 dez. 2009).

MOREIRA, C.F.; Características da certificação na cafeicultura brasileira. **Organizações Rurais & Agroindustriais**. Vol. 13; Nº 3; p. 344-351; 2011.

<http://bsca.com.br/cafes-especiais.php#>

PEREIRA, S.P.; BLISKA, F.M.M.; ROCHA, A.B.O. Situação atual da certificação de café no Brasil. Café Point. **Certificação e Qualidade**.

<http://www.cafepoint.com.br/?actA=7&areaID=32&secaoID=88>, 2006 (15 jan. 2007).

PINTO, LFG; GARDNER, T; MCDERMOTT, C; AYUB, KOL. 2014. **Group certification supports an increase in the diversity of sustainable agriculture network–rainforest alliance certified coffee producers in Brazil**. *Ecological Economics*, Volume 107, November 2014, Pages 59-64

RAIN FOREST ALLIANCE. **Certification and Services**. http://www.rainforest-alliance.org/programs/agriculture/certified-crops/standards_2005.html (15 mar. 2008).

SAES, M.S.M. Evitando a queda da rentabilidade na produção agrícola: basta diferenciar? **Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração - EnANPAD**, Curitiba, 2004.

SAES, M.S.M.; MIRANDA, B.V. Fair Trade: conquistas e dilemas. Café Point. **Conjuntura de Mercado**. <http://www.cafepoint.com.br/?actA=7&areaID=26&secaoID=64>, 2007.

UTZ CERTIFIED. <http://www.utzcertified.org/index.php>, 2009.

VILLALOBOS, A. **Sustainable coffee, the market in Europe and in USA**. Sustainable Markets Intelligence Center (CIMS). Market Profile, Alajuela, Costa Rica, Novembro 2004. 2006 (10 jan. 2007).

VAN HILTEN, H. J.; **International Trade Centre (ITC) The Coffee Exporter's Guide**. 3ª ed. p54-60. Geneva: ITC, 2011.

Sem autor. Café produzido com responsabilidade. Disponível em: www.starbucks.com.br/responsibility/sourcing/coffee. Acessado em: 19/12/2014.

Cadeias de Custódia:

UTZ. Versão 5.0 maio 2013, C.A.F.E. Practices. Janeiro de 2014

Rainforest Alliance. Março de 2014,

Código de Conduta

4C. Julho de 2010, Café do Cerrado., *Fairtrade*. Versão 01.05.2011, Orgânico IBD. 20ª Edição Agosto 2014, Certifica Minas Café Regulamento geral 8ª revisão 11/12/09

ANEXO I

COMPARATIVO DAS CERTIFICAÇÕES							
DADOS							
Certificações	Rainforest (RAS)	UTZ Kapeh/ Certifica Minas	Café do Cerrado	<i>Fair Trade</i>	4 C	C.A.F.E.	Orgânico
Certificadora(s) Responsável(is)	Imaflora	Imaflora	CACER	FLO Cert	Imaflora	SCS	IBD e Imaflora
Duração	3 anos			3 anos			
Enfoque da certificação	Sustentabilidade e Estrutura Social	Rastreabilidade e Estrutura Organizacional e social	Rastreabilidade de e Estrutura Organizacional e social	Estrutura socioeconômica	Rastreabilidade e Estrutura Organizacional e qualidade	Sustentabilidade e Estrutura Social	Sustentabilidade e Estrutura Social
Tipo de Critérios	Critérios Críticos e não críticos	Não descrito	Estrelas (1,2,3 e 4)	Pontuação	Práticas e Princípios	Pontuação obrigatória e extra	Não descrito
Cumprimento Geral	80% dos critérios	Não descrito	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatórios Princípios	Pontuação obrigatória	100% dos critérios
Aumento gradual da pontuação	Não necessário	Obrigatório	Necessário	Necessário	Obrigatório	Não descrito	Não descrito
Auditorias	3 Auditorias mínimas (ao ano)	Obrigatório	Anualmente	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
É obrigatório pertencer a determinada região	Não necessário	Não necessário	Obrigatório	Não necessário	Não necessário	Não necessário	Não necessário
ISO 65	Não descrito	Não descrito	Necessário	Não necessário	Não necessário	Não necessário	Não necessário
Contrato direto produtor/comprador	Não necessário	Não necessário	Não necessário	Obrigatório	Não necessário		Não necessário



53º CONGRESSO DA
SOBER

Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Agropecuária, Meio Ambiente
e Desenvolvimento

de 26 a 29 de julho de 2015

UFPB | João Pessoa - PB

Programa de conservação, de identificação, proteção dos ecossistemas	Obrigatório	Não descrito	Necessário	Necessário	Não descrito	Necessário	Obrigatório
Conservação ou recuperação dos ecossistemas	30% da Área Total	Não descrito	Não descrito	Necessário	Necessário	Obrigatório	Obrigatório
Uso restritivo e/ou exclusão de defensivos Agrícolas	Obrigatório	Não necessário	Não necessário	obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Período de implantação do plano	10 anos	Não descrito	Não descrito	Não descrito	Não descrito	Não descrito	2 anos
Tratamento de água residual	Obrigatório	Não descrito	Necessário	Necessário	Não descrito	Necessário	Obrigatório
Respeitar o Código Trabalhista vigente	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Plano de ação que de saúde e segurança do trabalho	Necessário	Obrigatório	Não descrito	Não Descrito	Necessário	Obrigatório	Não descrito
Treinamento Contínuo	Necessário	Necessário	Não descrito	Obrigatório	Necessário	Não descrito	Não descrito
Ter acesso a saúde e exames periódicos	Necessário	Obrigatório	Não descrito	Não descrito	Não descrito	Obrigatório	Não descrito
Uso do EPI	Obrigatório	Não descrito	Obrigatório	Obrigatório	Não descrito	Obrigatório	Não descrito
Normas escritas de segurança	Necessário		Não descrito	Não descrito	Não necessário	Obrigatório	Não descrito
As oficinas e as áreas de estocagem de substâncias e materiais	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Necessário	Obrigatório	Obrigatório	Não descrito
Sinais de aviso de segurança de aplicação de agroquímicos	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Não descrito	Não descrito	Obrigatório	Não descrito
Obrigatoriedade quanto a espécie e/ou tipo implantada (C. canephora ou C.arabica)	Não necessário	Não necessário	C. arabica	Não necessário	Café verde	Não necessário	Não descrito
Possui monitoramento da qualidade do café	Não descrito	Não descrito	Não descrito	Não descrito	Necessário	Obrigatório	Não descrito
Possui rastreabilidade do café	Sim	Sim	Sim	Não necessário	Sim	Sim	Sim

João Pessoa - PB, 26 a 29 de julho de 2015

SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural